

FAAG-FACULDADE DE AGUDOS

Priscila de Lima Pereira Costa

**Autismo e Escolarização: dificuldades encontradas na inclusão
de crianças com autismo na educação infantil da rede regular de
ensino**

Agudos-S.P.

2007

FAAG-FACULDADE DE AGUDOS

Priscila de Lima Pereira Costa

Autismo e Escolarização: dificuldades encontradas na inclusão de crianças com autismo na educação infantil da rede regular de ensino

Trabalho apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, pela Faculdade de Agudos, como um dos requisitos obrigatórios para a formação em Pedagogia sob a orientação da Prof^ª. Dra. Morgana de Fátima Agostini Martins.

Agudos-S.P

2007

Agradecimento

Primeiramente agradeço a Deus, por ter-me dado forças para a realização deste trabalho.

Aos meus pais que estão sempre ao meu lado me incentivando.

A Professora Dra Morgana de Fátima Agostini Martins, por ter aceitado ser minha orientadora e se disponibilizar a me ajudar e elaborar esse trabalho.

E a todos que de alguma forma contribuíram para sua realização.

O autismo é uma síndrome intrigante porque desafia nosso conhecimento sobre a natureza humana. Compreender o autismo é abrir caminhos para o entendimento do nosso próprio desenvolvimento. Estudar autismo é ter nas mãos um “laboratório natural” de onde se vislumbra o impacto da privação das relações recíprocas desde cedo na vida.

Conviver com o autismo é abdicar de uma só forma de ver o mundo-aquela oportunizada desde a infância. É pensar de formas múltiplas e alternativas sem, contudo, perder o compromisso com a ciência (e a consciência!)-com a ética.

É percorrer caminhos nem sempre equipados com um mapa nas mãos, é falar e ouvir uma outra linguagem, é criar oportunidades de troca e ouvir uma outra linguagem, é criar oportunidades de troca e espaço para os nossos saberes e ignorância. Se a definição de autismo passa pela dificuldade de se colocar no ponto de vista afetivo do outro é, no mínimo curioso, pertencer a uma sociedade em que raros são os espaços na rua para cadeiras de roda, poucas são as cadeiras escolares, destinadas aos “canhotos” e bibliotecas equipadas para quem não pode usar os olhos para ler. Torna-se então difícil identificar quem é ou não “autista”.

Cleonice Bosa

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo apresentar o Autismo e a Escolarização, mostrando que é possível à inclusão de crianças com autismo na educação regular de ensino desde a educação infantil. Este transtorno, que causa prejuízos em múltiplas áreas do desenvolvimento, interação, comunicação e comportamentos, se descoberto cedo pode ser tratado com procedimentos medicamentosos (em casos mais graves) e com a interação de profissionais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos com autismo. Com isso, é importante sempre lembrar da importância da participação da família e do trabalho em grupo.

Palavras-chave: Autismo; Escolarização; Família; Trabalho em Grupo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
O AUTISMO E SUA HISTÓRIA.....	09
SINTOMAS E POSSÍVEIS CAUSAS.....	11
POSSÍVEIS FORMAS DE TRATAMENTO.....	13
O AUTISMO NA FAMÍLIA E A FAMÍLIA NO AUTISMO.....	14
O AUTISMO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	15
INTEGRAR OU INCLUIR.....	21
OS CAMINHOS DA INCLUSÃO.....	23
A ESCOLA.....	26
PREPARAÇÃO DOS ALUNOS.....	28
CURRÍCULO.....	28
ADAPTAÇÕES NAS ATIVIDADES.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32
ANEXOS.....	34

INTRODUÇÃO

Sabendo-se que o autismo é um transtorno no desenvolvimento que afeta cerca de 4 a 10 em cada 10.000 indivíduos, e cuja incidência é maior em indivíduos do sexo masculino, na proporção de 4 meninos para 1 menina,(Scharwtzman, 2003, p.3) e que geralmente causa a não-socialização, alterações na linguagem e comunicação, entre os distúrbios, pode-se concluir que não é fácil o trabalho com pessoas autistas, principalmente quando se trata de crianças pequenas. Normalmente, o autismo é descoberto antes dos três anos de idade (Scharwtzman, 2003, p.19-20). É necessário que se tenha toda atenção possível para que conforme a criança cresce, todos –a começar pelos pais– possam acostumar-se a lidar com ela e conseqüentemente ela também consiga se adaptar.

Como sabemos, o autismo não tem cura, por isso é preciso saber lidar com suas vítimas aprendendo as melhores formas de minimizar seus efeitos, já no início da educação infantil.

Atualmente, ouve-se muito falar em Inclusão, mas será que todos sabem realmente o significado dessa palavra? Inclusão significa incluir pessoas; será que pais, alunos e professores sabem como lidar com crianças com autismo, já que esse é um assunto que pode ser considerado novo para muitas pessoas?! A resposta é não! É um distúrbio tão desconhecido que muitas pessoas não sabem seus sintomas, dificuldades, e principalmente, como lidar com essas pessoas.

É preciso lembrar que o autismo ainda vem sendo estudado e não se sabe, apesar dos estudos realizados na área, suas verdadeiras causas, portanto, há muito a aprender a seu respeito.

Nessa perspectiva, o presente trabalho tem por objetivos:

- Conhecer o autismo, suas características e as dificuldades encontradas para se promover sua inclusão na rede regular de ensino na educação infantil.
- Identificar o que é autismo e sua história;
- Descrever seus sintomas e possíveis causas;
- Levantar os possíveis métodos de tratamento e de educação;
- Conhecer e descrever experiências;
- Descrever e discutir as dificuldades e potencialidades encontradas na inclusão de crianças com autismo na educação infantil.

O Autismo e sua História

Autismo, este termo é derivado do grego: *autos*=si mesmo + *ismos*= disposição/ orientação.

É considerado um distúrbio do desenvolvimento com bases neurológicas, também conhecido como Transtornos Invasivos do Desenvolvimento Infantil (TID). Segundo Assumpção Jr (2005), os TID's são caracterizados por severos déficits e prejuízos invasivos em múltiplas áreas do desenvolvimento e incluem prejuízos na interação social recíproca, na comunicação e a presença de comportamentos, interesses e atividades estereotipados.

O quadro que hoje leva à denominação de Autismo Infantil (A.I.) foi identificado e descrito primeiramente por Leo Kanner em 1943, psiquiatra infantil de origem austríaca e radicado nos EUA. Ele começou sua pesquisa e relatos de suas experiências depois que lhe foi encaminhado para diagnóstico, em 1938, um menino de 5 anos que desde os 2 anos já sabia dizer as letras do alfabeto, nomes de presidentes mas, ao mesmo tempo, era incapaz de conversar ordinariamente, não estabelecia contato com as pessoas, e as poucas vezes em que se dirigia a alguém, era, em geral para satisfazer suas necessidades. Em 1943, Kanner relatou esse caso e de mais 10 crianças que apresentavam problemas similares, ele descreveu a tendência ao isolamento, dificuldades na comunicação, problemas comportamentais e atitudes inconscientes.

Outro personagem importante na história do AI foi o Dr. Hans Asperger, formado em medicina, optou desde cedo pela pediatria e cuidou especialmente de crianças com problemas psiquiátricos. Pertenceu a um grupo pioneiro que defendia a introdução da escola nas instituições para crianças com problemas comportamentais severos. Sua tese de doutorado, intitulada "Psicopatia Autística", foi apresentada em 1943 e publicada em 1944, e consistia em um estudo sobre crianças que apresentavam características clínicas muito similares às descritas por Kanner.

O termo autismo foi utilizado na psiquiatria do indivíduo adulto para se referir a um sintoma de esquizofrenia, mas é importante afirmar que não há qualquer semelhança entre o AI e a esquizofrenia.

Desde o final dos anos 70 tem-se procurado explicar o autismo como uma síndrome comportamental, com alterações presentes desde idades precoces, antes dos 3 anos de idade, manifestada por um conjunto de sinais e sintomas e caracterizada por “desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação” , conforme MELLO 2001 in RUA 2006.

Sintomas e Possíveis Causas

O autismo caracteriza-se por prejuízos nas áreas da comunicação, interação social e comportamento; ele deve ser entendido como uma síndrome, pois é um conjunto de sinais e sintomas que podem ser determinados por serem associados a um grande número de condições diversas, e pode, muitas vezes, ser confundido com hiperatividade.

Até hoje, ainda se estuda sobre o autismo e não é possível afirmar com certeza quais são suas verdadeiras causas. Uma das primeiras teorias postulava que o autismo era resultado de um retraimento psicológico, ao que a criança percebia como um ambiente frio, assim, atribuiu-se aos pais a culpa pelas causas do autismo, depois de descartada essa hipótese, surgiram outras propostas tais como : fatores genéticos, dano fetal intra-uterino ou na hora do parto; Atualmente pesquisadores constataram que o cérebro de crianças autistas é menor em relação aos das crianças consideradas normais.

Segundo RUA et al (2006), a incapacidade da criança com autismo de se relacionar com outras pessoas estaria ligada a uma inabilidade para ver o objeto humano no mundo externo, como portador de expressões vivas e pessoais. Na visão de SUPLINO (2005) parecem faltar as bases biológicas para as formas de reação autista ao comportamento dos outros, o que levaria ao fracasso nas trocas afetivas e cognitivas com o mundo.

Segundo MELLO 2001 in RUA 2006, “acredita-se que a origem do autismo esteja em anormalidades em alguma parte do cérebro ainda não definida de forma conclusiva, e, provavelmente, de origem genética. Além disso, admite-se que possa ser causado por problemas relacionados a fatos ocorridos durante a gestação ou no momento do parto”.

Os principais sintomas do autismo são:

- O autista usa pessoas como ferramentas;

- resiste à mudança em sua rotina;
- não se mistura com outras crianças;
- apego não apropriado a objetos;
- não mantém contato visual;
- age como se fosse surdo;
- resiste ao aprendizado;
- não demonstra medo de perigos;
- usos de objetos e movimentos não apropriados;
- resiste ao contato físico;
- movimenta-se de modo intenso e repetitivo;
- gira objetos de maneira estranha e peculiar;
- distúrbios de relacionamento;
- distúrbios da fala e da linguagem;
- distúrbios do ritmo de desenvolvimento;
- distúrbios da mobilidade
- e distúrbios da percepção.

Ressaltando-se que nem todas as crianças apresentam todos esses sintomas.

Algumas doenças que podem ser associadas ao Transtorno Autista são: retardo mental (75% das pessoas), doenças convulsivas (25%), esquizofrenia infantil, depressão, afasia do desenvolvimento, síndrome de down, transtorno de rett, entre outros.

Possíveis Formas de Tratamento

Não existe uma cura completa para o A I . O que pode e deve ser feito é um tratamento especializado, que prepara a criança para um convívio social.

Em pesquisas sobre as possíveis formas de tratamento, encontram-se informações que auxiliam a compreensão dos procedimentos medicamentosos e interação dos profissionais (psicólogos, fonoaudiólogos...) que, de alguma forma, contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos que apresentam casos de autismo.

A farmacologia tenta administrar os sintomas e não curá-lo, principalmente por não saber ao certo as causas do autismo. O tratamento com medicamentos se restringe a casos mais graves, que impossibilitam a criança com autismo de ter uma vida mais tranqüila, como por exemplo, os que apresentam insônia, hiperatividade, auto e hetero-agressão. Não existe um quadro sintomático padronizado, pois nem todos apresentam os mesmos sintomas, para isso, é imprescindível que haja a ajuda da família.

Cristina Aparecida da AMAS (Associação dos Amigos do Autista de Sorocaba) deixa essa mensagem : “Se você não puder curar a criança autista, ame-a . De todo o seu coração , com todo o seu amor e toda a sua aceitação. Alguma tarefa importante ela está desempenhando junto de você, certamente para proveito de ambos”.

O Autista na Família e a Família no Autismo

Quando a família se depara com o diagnóstico de autismo, há, na maioria das famílias, uma desestruturação generalizada, a falta de informação e orientação é a principal responsável pelo estado de caos que muitas vezes se estabelece no grupo familiar.

É preciso buscar informações e escolas que aceitem seu filho, saber argumentar sobre as dificuldades de seu filho e sobre seus direitos... Lembrando sempre que a família, sendo o primeiro grupo social que a criança conhece, deve participar ativamente do processo de aprendizagem e ser sempre incluída nele, para que se obtenha um bom resultado. Somente a família é que pode começar a cobrar os direitos e fazer com que esses sejam exercidos.

Segue abaixo uma mensagem, escrita pelo professor Angel Revière, de uma criança com autismo pedindo a Deus que seus pais a compreendam:

Oh Deus! Fazei com que meus pais sejam capazes de compreender que eu não vivo num mundo só meu, mas que vivo apenas em um mundo calado, fechado, incompreendido e muitas vezes ignorado.

Desmistifica a idéia de que o autismo é uma concha onde a pessoa vive presa ou uma parede impenetrável.

Faça-os compreender que o autismo é um jeito diferente de ser, sentir e agir.

Permita Senhor que eles possam olhar para mim como pessoa e não apenas como autista, pois se olharem assim eu terei chance de aprender, principalmente que ser especial significa amar de maneira diferente!

Autismo e a Educação Escolar

Na educação escolar não é fácil trabalhar com crianças com autismo, principalmente porque a maioria dos educadores não se sente preparada para lidar com um aluno assim.

A educação especial para crianças autistas engloba uma metodologia específica e, às vezes, um tratamento medicamentoso. Em crianças com acometimentos menores, o aproveitamento é bastante observável, tanto no aspecto cognitivo dos conteúdos e sua aplicação, quanto no aspecto social. Já as crianças severamente comprometidas obtêm melhorias quanto aos cuidados pessoais e a relação social, portanto, quanto mais cedo for atendida, maior a possibilidade de integração social.

Historicamente, o processo de escolarização de crianças com transtornos mentais e/ou portadores de deficiências iniciou-se mundialmente no final do século XVII, com a fundação de instituições especializadas para educação de surdos em 1770 e de cegos em 1784, ambas na França. No Brasil, ocorreu em 1904, o surgimento da primeira, situada dentro do Hospício Nacional de Alienados no Rio de Janeiro. A escola Pestalozzi/Canoas (1926) e Pestalozzi/Minas Gerais (1935), que mantinham professores pagos pelo estado para atender crianças com deficiência mental e transtorno autista; A APAE-Rio de Janeiro (1952) passou a promover e a defender os direitos das pessoas com deficiência mental.

Nos anos 90, os princípios da Integração passam a ceder lugar à Educação Inclusiva, nesse caso, todos têm direito ao ensino e a escola deve aperfeiçoar-se para atender a seus alunos, independente da deficiência. Em 1996, com a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases, pode-se ler um capítulo dedicado à Educação Especial:

CAPITULO V - DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 58 . Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59 . Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60 . Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializados e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder público.

Parágrafo único. O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais

na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

Em uma análise da trajetória percorrida na história da psicologia e sua importância para a sociedade, pode-se observar que ela possibilitou inúmeras aquisições e conquistas tais como:

- O reconhecimento das deficiências e/ou transtornos como categorias identificáveis e tratáveis;
- O reconhecimento de que os deficientes devem receber;
- Tratamento igualitário e humano;
- A certeza de que apesar das conquistas efetuadas, muito há que se lutar, entre outras.

Para trabalhar com crianças com autismo, o professor precisa saber a história do aluno e levá-la em conta, é preciso se organizar, pensando nas suas dificuldades e habilidades - já que alguns são muito inteligentes-, organização física, selecionar os métodos de ensino mais apropriados para aquilo que o aluno precisa aprender.

Segundo HERRERO 2000 in RUA 2006, o professor deve saber que o processo educativo deve contemplar ações concretas de aprendizagem, considerando os graves distúrbios de desenvolvimento que essas crianças apresentam.

A educação especial articula-se com a educação regular e tem o objetivo de garantir oportunidades sócio-educacionais à criança, promovendo o seu desenvolvimento e aprendizagem, ampliando, dessa forma, suas experiências, conhecimentos e participação social.

Os métodos mais utilizados são: Sensório-Motor, Apoios Visuais e o Método Teacch.

O Método Teacch é fundamentalmente baseado no apoio visual. É um sistema de comunicação gráfico visual de fotos, figuras, símbolos diferentes. Pode ser usado como meio alternativo (quando a pessoa não fala), suplementar (a fala é ininteligível) e como recurso de comunicação e/ou estímulo de linguagem, mais conhecidos como PCS (Pictures Communication Symbols). O PCS é composto de desenho de linhas simples, incluindo também alfabeto e números (no início), os PCS são importantes pois estão fixos no espaço e no tempo e podem representar muitos tipos de materiais impressos, concretos e fotografias; facilitam a compreensão das ordens, servem como apoio às escolhas, esclarecem informações e diminuem a dependência. Os seus símbolos pictóricos são: cartões de comunicação, categorias (sociais, pessoas, verbos...).

Os conceitos básicos do método Teacch - conhecido também como “método dos cartões” - são: os autistas recebem as informações com mais consistência visualmente, autistas possuem falhas na habilidade de organização e generalização; necessitam de uma rotina estruturada, com início, meio e fim. A sua metodologia é realizada através de painéis de trabalho (fixos e móveis), agendas individuais, pochetes, ambientes sinalizados, independência e expressão.

A aplicação prática de ambos (PCS e Teacch) se dá por meio de: treinamento no ambiente natural, pranchas; o uso das fichas não implica no abandono das outras formas de expressão, inicia-se com os símbolos mais necessários e motivacionais, de acordo com cada aluno. O treinamento dos pais também é importante. Para o treinamento da comunicação alternativa e argumentativa, passam a ter opções de comunicação, não há regressão no processo de fala em alunos verbais, só o aprimoramento do vocabulário, entre outros.

Através dos PCS, as crianças aprendem a importância da ajuda das pessoas para se comunicarem.

O uso do conto de fadas também é interessante, pois permite uma triangulação que facilita a abordagem: fala-se de um outro (personagem) que está fora do jogo imediato, fala-se da nossa rede de sentimentos e preconceitos, essa dinâmica é muito conhecida e explorada na educação infantil. Um exemplo de conto é o “Joãozinho: porco-espinho meu”, apresentado por Brauner e Brauner (1951) no livro *II Bambino Mágico (O Menino Mágico)*, que discute a presença de personagens das histórias infantis que poderiam representar simbolicamente a criança com autismo, já que, às vezes, a criança com autismo é comparada com animais selvagens.

Segundo VIANA (2006), a educação de pessoas com autismo não tem recebido a atenção necessária, nem mesmo a educação especial tem dado conta desse alunado, cuja sensibilidade se mistura com ares de quem não compreende a vida, provocando inúmeros sentimentos e abalando a segurança de profissionais cuja competência é evidente.

É nesse momento que surge a pergunta: se há profissionais capazes o que falta então? Informação! Esta é a palavra-chave. O novo, o desconhecido, o diferente, não abala e fragiliza somente os alunos com autismo, mas ao homem de maneira geral.

Infelizmente, há ainda poucos profissionais com vontade de trabalhar em classes especiais ou regulares com crianças autistas, sendo assim, os poucos que se realizam com esse trabalho, sonham com os investimentos na educação, com o despertar de mais profissionais, sonham ter e dar opções e, principalmente, adequar o trabalho a realidade do aluno e da sociedade, que hoje é oferecido de forma tímida e isolada.

Para melhorar essa situação é preciso que o profissional que atua na área da educação especial, seja determinado e aumente a chama da esperança, mostre que é necessário a ajuda de todos. Pode-se comparar esse trabalho a uma semente preparada para tornar-se uma bela árvore, que necessita de carinho (investimento pessoal), água (capacitação, informação) e calor (união de esforços),

coisas fundamentais para que se possa ter e desenvolver uma prática educacional adequada e eficaz.

Para concluir que isso é possível, podemos observar dois exemplos de alunos com autismo na rede regular de ensino (anexos I e II). Com esses casos, parece possível visualizar e discutir o modo de “fazer escola” que pressupõe uma contínua avaliação. A escola transformada em laboratório de conhecimentos, torna-se um espaço de ação contínua propício à reflexão. Pode-se observar também o desenvolvimento da capacidade de trabalhar em grupo, cooperativamente, respeitando-se e interessando-se pelas particularidades de cada participante do processo. O grupo -classe- pode perceber que a escola não é apenas um espaço dedicado à aprendizagem daquilo que já está estabelecido, mas que pode ir mais além.

A história de L. Z. (anexo I), é apresentada aqui por ele fazer parte da minha vida, já que trabalhei um ano em uma escola especial, o que fez com que aumentasse meu interesse pelo estudo sobre autismo. Ele foi meu aluno e mostrou como é possível e necessário o trabalho com crianças com autismo, além de ser gratificante mesmo quando vemos pequenos resultados no início do trabalho desenvolvido. Assim quando resolvi fazer esse trabalho, falei com a mãe de L. Z., que mostrou muito interesse em me ajudar e se colocou a disposição para o que eu precisasse, principalmente para falar de seu filho.

E em relação a Giovani (anexo II), essa história encontrada no livro *Autismo e Educação: Reflexões e Propostas de Intervenção* (BAPTISTA, 2002), mostra que as conquistas na evolução do aluno com autismo na rede regular de ensino, não podem ser buscadas isoladamente, mas depende da parceria entre todos.

Integrar ou Incluir

Segundo MANTOAN (1999) , a noção de integração tem sido compreendida de diversas maneiras quando aplicada à escola.

Uma das opções de integração escolar denomina-se corrente principal e seu sentido é análogo a um canal educativo geral, em que seu fluxo vai carregando todo tipo de aluno com ou sem capacidade ou necessidade específica. Esse processo de integração se traduz em oportunizar ao aluno, transitar no sistema da classe regular, trata-se de uma concepção de integração parcial.

A crítica mais forte a esse sistema afirma que a escola oculta seu fracasso, isolando aos alunos e só integrando os que não constituem um desafio à sua competência.

Segundo HERRERO 2000 in Rua 2006 a simples inserção em sala de aula regular não garante a integração, é necessário um investimento consistente e permanente na formação dos educadores em relação ao ensino geral e às especialidades das deficiências.

Já a inclusão, não é incompatível com a noção de integração, mas institui a inserção de uma forma mais completa e sistemática. Esse conceito se refere à vida social e educativa, estabelecendo que todos os alunos devem ser incluídos nas escolas regulares.

A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

A inclusão é processo, não é estado. Não há um estado de inclusão permanente, toda inclusão é sempre temporária e precisa ser revista

continuamente para evitar que os processos e mecanismos de exclusão social retornem, conforme HERRERO 2002 in RUA 2006.

Segundo HERRERO 2000 in RUA 2006, a educação inclusiva implica em não se esperar mais que o aluno com deficiência se adapte aos alunos considerados normais. O que é visado é que ele atinja o máximo de sua potencialidade junto aos colegas. Com isto, fica garantido o direito à educação inclusiva, uma vez que na inclusão não são os deficientes que têm que se adaptar aos normais, mas todos juntos devem trabalhar para a melhor adaptação de todos.

Os Caminhos da Inclusão

Aspectos Legais: Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, afirma o princípio da não discriminação e proclama o direito de toda pessoa à educação.

Entre as décadas de 50 e 60, surge a discussão sobre o conceito de Normalização, que tem como princípio fazer com que as pessoas consideradas (naquela época) retardadas, se assemelhem às condições normais da sociedade. A educação especial no Brasil começa a ter um cunho educacional, apesar de ainda manter características assistencialistas.

Em 1959, com a aprovação da Declaração dos Direitos da Criança, têm assegurado o direito à educação gratuita e obrigatória, ao menos em nível elementar. Na atual Constituição (1988), esses direitos não só foram mantidos, como entendidos como sendo dever do estado e da família, onde pode se ler:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela freqüência à escola.

Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

É possível encontrar ainda de forma específica, assegurado o direito não só à educação, como também ao trabalho:

Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho

Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

Art. 64. Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.

Art. 65. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Art. 66. Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

Em 1994 na Espanha, acontece a Conferência Mundial de Necessidades Educacionais Especiais, onde foi aprovada a Declaração de Salamanca, que tem entre seus princípios norteadores:

- O reconhecimento das diferenças;
- O reconhecimento da importância da escola para todos;
- E a formação dos professores, pensada para atender à diversidade.

Levando-se a pensar num mundo inclusivo, onde todos têm direitos.

Depois de várias tentativas de entrevista e de colher dados sobre a inclusão na rede municipal de ensino de Bauru, apresento um panorama da mesma, passado por telefone por uma das funcionárias do lugar.

Já são 38 unidades escolares de educação infantil, com 68 alunos com autismo, inclusos em sala regulares.

Esses alunos são matriculados em uma Escola Municipal de Educação Infantil e no período oposto, uma vez por semana, freqüentam a conhecida sala de recursos, que geralmente fica em outra EMEI. Os alunos têm direito ao transporte que os levam da residência até a unidade escolar. Lá passam por atendimentos especializados com professores e contam com a parceria de algumas instituições, como por exemplo a APAE-Bauru.

Esse trabalho, desenvolvido por professores da educação especial juntamente com psicólogos e outros profissionais, tem apresentado resultados positivos que já são observados pelos pais e profissionais.

Os alunos inclusos já se relacionam de maneira diferente com outras pessoas e desenvolvem melhor sua atividade na vida diária, em casa, na escola e em outros lugares que freqüentam.

A Escola

Segundo SANTOS (2006), a procura pela escola adequada deve levar em conta vários fatores: quadro da criança, se a escola tem condições para um bom atendimento, se os educadores estão conscientes de seu papel e preparados para desenvolver esse trabalho. É preciso estar preparado até mesmo para a discriminação, pois, isso ainda acontece e muito. É possível ouvir frases do tipo: “gostaríamos de atender seu filho, mas não estamos preparados!; Como vamos misturá-lo aos outros? E o que os outros iriam pensar?” e assim por diante.

Independentemente dos distúrbios apresentados, quanto mais precoce a intervenção, maior a oportunidade para a criança em todos os sentidos: comunicação, sociabilização, comportamento e aprendizado.

A prioridade para todas as crianças, independentemente do grau de deficiência mental é o seu desenvolvimento cognitivo.

O professor deve ter consciência de que é através do aprendizado que a criança adquire consciência do mundo e dela própria, e que esse aprendizado passa pelo desenvolvimento da comunicação, prioritariamente.

A experiência do brincar deve ser oferecida à criança, inicialmente, de forma estruturada e dirigida, para que, por meio dessa experiência ela possa aos poucos estabelecer relações de causa e conseqüências, que resultem no desejo de repetir experiências cujos resultados lhe tenham sido agradáveis, experiências que não teria tido por iniciativa própria.

É importante que as causas e as conseqüências sejam muito claras, tanto para a criança quanto para o professor para que assim, ele possa discriminar gradativamente e com clareza os gostos da criança.

O método para aprender não é por exploração, independente do meio ou simples observação. Apesar disso, a criança deve aprender a ser

independente e isso é conseguido por meio do apoio de um sistema de comunicação e de estrutura. As atividades livres, em geral, tendem a levá-los ao maior isolamento, já o ensino estruturado pode introduzir um novo repertório de competências que pode aumentar a autonomia com relação às atividades de vida diária (AVDs).

A construção da comunicação deve ser feita de forma que ela esteja diretamente relacionada com a vida da criança, de maneira que ela possa utilizá-la em seu relacionamento com o mundo da forma mais ampla possível. Ela deve poder estabelecer uma conexão rápida e direta entre o que está aprendendo e seu relacionamento com o mundo.

Algumas crianças não chegarão a falar, apesar disso, devemos empenhar todo o nosso esforço para que todas aquelas crianças que têm condições adquiram alguma linguagem verbal expressiva, algum meio de comunicação.

A comunicação com figuras ajuda muito, pois associa a palavra a um objeto ou pessoa concreta e conhecida.

A inclusão deve ser realizada de modo criterioso e bem orientada, o que vai variar de acordo com as possibilidades individuais de cada aluno. Para viabilizar a inclusão na escola regular é indispensável contar com salas de apoio e professores especializados.

Para tomar a decisão de realizar a inclusão, três pontos devem ser observados:

- A média de idade dos outros alunos, deverá ser a mesma ou no máximo dois anos a mais;
- Seu nível de desenvolvimento deve ser semelhante à classe; baseando-se nas habilidades já adquiridas e não somente em testes de Q.I..
- Deve-se prever o aparecimento de problemas de comportamento que comprometam a convivência dessa criança ou ainda, se tais problemas

aparecerem, tendam à extinção por meio da interferência rápida do professor, com apoio do responsável pelo programa.

Preparação dos Alunos;

Não é aconselhável preparar a sala, contudo é importante que os alunos saibam que vão receber um amigo com algumas características diferentes. Esse “comunicado” não deve ser feito com muita antecedência para não desencadear fantasias que podem levar ao preconceito. As perguntas devem ser respondidas à medida que forem feitas, sem acrescentar nada mais à estreita resposta do que foi perguntado.

Currículo;

Deve seguir exatamente o mesmo de uma criança comum, com algumas adaptações:

- Incluir o ensino de coisas que não precisam ser ensinadas a uma criança com desenvolvimento típico;
- O perfil do desenvolvimento dessa criança é irregular e o ensino deve respeitar esse perfil de desenvolvimento;
- Essa criança também pode apresentar problemas de comportamento graves e difíceis de compreender, que podem ser por falta de compreensão na comunicação, por exemplo, quando ela quer uma bolacha no café da manhã e a outra pessoa dá uma fruta, por não conseguir entender sua vontade;
- Evitar atividades excessivamente fáceis, difíceis ou demoradas, já que a tolerância não é um ponto forte da pessoa com autismo.

O ensino não pode ser baseado somente em explicação por meio da linguagem verbal, o professor deve ensinar seu aluno a aprender e trabalhar sempre em colaboração com a família e com os colegas, na medida do possível.

E por último, as atividades sociais devem ser apresentadas em pequenos passos, vagarosamente, com constância e persistência, como por exemplo, em caminhadas com o grupo, atividades de compra em bares, lanchonetes, etc. Inclusive, há que se pensar em treino para o uso de ônibus, por exemplo, como medida de aumento da autonomia e convívio com outras pessoas.

Adaptações nas atividades

- O professor deve sempre se certificar de ter a atenção desse aluno;
- Devido às dificuldades de organização e memorização de suas responsabilidades, pode ser necessário ter um roteiro especial de apoio à organização do aluno, contendo fotos e figuras;
- Ter um acompanhante exclusivo, nos primeiros dias e em algumas atividades específicas;
- Incluir atividades que facilitem a interação desse aluno com os outros alunos;
- Se o aluno apresentar, em situação de trabalho, algum tipo de estereotipia ou ecolalia, por exemplo, o professor deve tentar interromper a situação, dirigindo a atenção do aluno novamente para a atividade na qual ele deveria estar envolvido;

A colaboração estreita da família, tanto para os trabalhos de casa como para resolver eventuais problemas, é muito importante, assim, como o apoio do professor.

Uma das maiores dificuldades encontradas é a interação que não deve ser imposta, mas sim incentivada, e se necessário, estimulada por meio de algumas estratégias.

Devem ser planejadas para todos os alunos, atividades nas quais um colega ofereça-lhe coisas interessantes, como comidas ou brinquedos, ofereça-lhe ajuda, faça-lhe algum elogio, entre outras coisas.

Considerações Finais

Analisando e discutindo os pontos encontrados sobre o tema, é possível perceber que realmente não é nada fácil o trabalho escolar com crianças com autismo.

Os pais precisam antes de tudo conhecer e aceitar o que seu filho tem, não deixando as idéias negativas de outras pessoas influenciarem o que pensam e a maneira como agem com seus filhos. É fundamental o carinho e a participação na vida de seus filhos, para que possam desenvolver trabalhos com bons resultados, tanto para os alunos quanto para todos que participam das atividades e pensam no bem estar da criança com autismo, benefício inestimável, se pensarmos em tudo de bom que poderá acontecer no futuro como conseqüência desses investimentos psicológicos, sociais e emocionais realizados na infância.

Sendo assim, é preciso ter conhecimento do assunto e de cada aluno, para saber a melhor maneira de obter os resultados esperados. Penso que o primeiro passo a ser dado é um trabalho desenvolvido juntamente com os pais, pois somente eles poderão fornecer informações sobre o aluno, do que gostam de fazer, do que menos gostam, a rotina diária, enfim todas as características do educando.

A partir disso, o trabalho precisa contar com a parceria de todos, pais, alunos, professores, direção, coordenação e todas as pessoas que, de alguma maneira participam da vida desse aluno.

O professor tem papel fundamental na vida de seus alunos, e no caso da criança com autismo, o professor é responsável pela orientação do que é certo e errado, agindo de maneira igual com todos, sem perder a firmeza somente porque ele pode ser considerado diferente dos outros, mas não deixando também que outras crianças aproveitem da situação e cheguem a pensar que podem fazer mais coisas do que ele, é importante que ele se sinta igual aos outros.

Segundo LOPES (2001) “Eles podem não se lembrar do que você disse, eles podem não se lembrar do que você fez, mas eles sempre se lembrarão do que os fez sentir”.

É necessário sempre lembrar que a criança com autismo não deve ser discriminada e nem deixada de lado, mas sim, respeitada e aceita da maneira dela. O professor não pode desistir de lutar pelos objetivos desejados e pelo melhor desenvolvimento do aluno.

Contudo, este estudo mostrou que a inclusão apesar das dificuldades encontradas, é possível, e é importante por ajudar no desenvolvimento e na conquista de uma vida melhor e com mais aprendizagem para os alunos com autismo, e também para todas as pessoas que de alguma maneira fazem parte da vida desse aluno.

Referências Bibliográficas

ASSUMPÇÃO Jr, Francisco B. Transtornos Invasivos do Desenvolvimento Infantil. São Paulo: Lemos Editorial, 1997.

BAPTISTA, Cláudio Roberto; BOSA, Cleonice. Autismo e Educação: Reflexões e Propostas de Intervenção. Porto Alegre: Aitmed, 2002.

BRASIL. **Lei nº 9394/96**. Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

CENTRO DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO DO AUTISMO E PATOLOGIA ASSOCIADAS. Treinamento Intensivo na Área do Autismo. Pirassununga, 2000.

FACION, José Raimundo. Reflexões Sobre um Modelo Integrativo. Brasília: Corde, 2002.

HERRERO, M. Jesús Presentación. Educação de alunos com necessidades especiais bases psicológicas. Bauru: EDUSC, 2000.

MELLO, A. M. S. R. , 2001. Autismo: Guia Prático. São Paulo: AMA, Brasília: CORDE.

MONTE, Francisca R.F. (Org) Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: autismo. Brasília: MEC, SEESP, 2004.

RUA, B. A. B. GAROFA, S. M. S. NASCIMENTO, S. R. Aspectos teóricos e práticos sobre a síndrome de asperger e seus desdobramentos pedagógicos, 2006-Trabalho de Conclusão de Curso-Faculdade de Agudos-FAAG.

SCHWARTZMAN, José Salomão. Autismo Infantil. São Paulo: Memnon, 2003.

SUPLINO, Maryse. Currículo Funcional Natural guia prático para a educação na área de autismo e deficiência mental. Maceió: Assista, 2005.

VIANA, V. Os caminhos da inclusão no Brasil. Texto disponível em: www.autista.org. Acesso em: 07 abril 2007.

MANTOAN, M. T. E. Integrar ou incluir deficientes na escola? Texto disponível em: www.autismo-br.com.br/home/ln-mart1.htm. Acesso em: 07 abril 2007.

SANTOS, Lucy. Escola, especial ou inclusiva? Texto disponível em: www.especialmenteser.hpg.ig.com.br/artigos/artigon3.htm. Acesso em: 07 abril 2007.

LOPES. C. A. H. Autismo e os princípios educacionais do Programa Teacch. Texto disponível em: www.soldeamor.com/ent_amasmetodo.htm. Acesso em: 02 nov 2007.

ANEXOS

Anexo I

Um Caso Real

Essa é a história de L.Z., um aluno que faz parte da minha vida e por isso tem a sua história aqui apresentada.

L. Z. estava com 1 ano e 8 meses aproximadamente quando as pessoas da família começaram a perceber o atraso em sua fala e algumas atitudes suas diferentes das de outras crianças da mesma idade. Comparando suas atitudes com as de uma prima que tinha a mesma idade, a família pode constatar essa realidade. Sua mãe então o levou ao pediatra que a princípio disse que era normal; ela não se contentou e levou-o a outro pediatra que acabou encaminhando-a para um fonoaudiólogo e um neurologista.

Quando ele já estava com 2 anos e meio e passando por vários exames, avaliações e atividades, os profissionais da área da saúde começaram a identificar que suas características tinham a ver com as de uma criança com autismo.

Sua mãe sempre buscando e querendo saber qual era o “problema” de seu filho, foi orientada a procurar uma instituição especializada para o tratamento fonoaudiológico e outros atendimentos que fossem necessários. Na verdade o médico nunca afirmou que L.Z tinha autismo, apenas disse até hoje que suas características são as de criança com autismo.

Em casa as dificuldades encontradas pela mãe foram relacionadas à falta de comunicação, pois muitas vezes não conseguia entender ou compreender o que seu filho queria e acabava ficando sem saber o que fazer. Quanto a outras

pessoas, ela conta que não encontrou dificuldades, principalmente porque L. Z. não aparenta ter nada.

Com quase 3 anos L. Z. começou a freqüentar a escola de educação infantil, ai sim começaram os obstáculos, pois ele não queria parar na sala e sua mãe acabou tendo que ficar na EMEI durante vários meses para sua adaptação e muitas vezes tendo que escutar que seu filho não poderia continuar freqüentando a EMEI. Ela não desistiu e buscou tudo que estava a seu alcance, afinal L. Z. era muito inteligente e ela não podia desistir.

Hoje com 4 anos ele está no segundo ano da EMEI (Jd II) e ela conta que L. Z. já se adaptou bastante. Em casa ela já não encontra mais tanta dificuldade, consegue entender o que ele quer e está sempre buscando meios de ajudá-lo. Para ela e para alguns profissionais que trabalha com L. Z., ele não tem apenas o autismo, pois é muito inteligente, aprende as coisas de maneira fácil, tem respostas objetivas e curtas, às vezes apresenta ecolalia (repete palavras), não tem estereotipia, poucas vezes se mostra desatento e, de uma certa forma, tem uma boa interação com as pessoas, se interessa bastante pelos brinquedos, o que faz com que ela dê a ele um por dia para que L. Z. não fique indeciso e acabe não brincando com nada. Seu interesse maior é pelo computador, liga, mexe e desliga sozinho, se duvidar sabe mexer melhor que muitos adultos, o que chama muita atenção, tanto em casa quanto na instituição especializada que freqüenta no período oposto ao da EMEI.

Conversando com a professora do seu primeiro ano na EMEI, ela relatou que suas maiores dificuldades foram devido à falta de comunicação e à interação, já que L. Z. não gostava de brincar com outras crianças, não queria ficar na sala de aula e não parava um minuto, quando ela passava atividades ele fazia rápido para poder sair correndo e não deixava nada no lugar e várias vezes apresentou agressividade.

Já a professora do segundo ano, alega que sua maior dificuldade foi devido à falta de conhecimento do assunto. Em relação às atitudes de L.Z. ela disse que

no começo ele se mostrou disperso e não queria ficar na sala, mas ela agia da mesma maneira com todos os alunos e ele acabou acostumando, agora, quase no fim do ano, ela alega que ele já está falando bastante, mesmo que seja do seu jeito, e ela estimula bem sua fala, interage mais com os amigos, tem aqueles que são mais “especiais” e ele prefere ficar junto, se mostra bastante independente, participa das atividades, apresentando praticamente as mesmas dificuldades que outros alunos da turma, já tem mais concentração durante as atividades e adora desenhar carro e não tira mais as coisas da sala do lugar. Mostra-se resistente em alguns momentos mas, não é agressivo, apenas de vez em quando com algumas crianças da turma, com a professora é muito carinhoso.

ANEXO II

Giovani foi matriculado com 6 anos de idade na 1ª série da EMEF “Jean Piaget” em Porto Alegre em 1994. Ao iniciar o ano letivo, Giovani chamava a atenção da professora, pois parecia completamente perdido e isolado, não falava, apenas emitia sons que pareciam grunhidos, gritava durante a aula, permanecia muito tempo junto a janela da sala observando os veículos que passavam e dirigia um ônibus imaginário perturbando a aula.

Depois de tentativas frustradas de trabalho com Giovani, a professora solicitou auxílio da orientadora educacional e juntas levaram o caso para um grupo de pesquisa que passou a acompanhar o aluno em sala de aula.

No início, Giovani permanecia longe da auxiliar de pesquisa e não fazia as atividades, aos poucos as coisas começaram a mudar, ele começou a tentar realizar as atividades, nos trabalhos em grupo pedia para falar, demonstrando assim, a capacidade do questionamento, depois de 20 dias já se comportava como uma criança qualquer, considerada normal, exceto no rendimento escolar. Mais ou menos 2 meses depois do início do trabalho, Giovani está disposto a trabalhar e perguntar a professora sobre os exercícios propostos. Em outubro de 1995 ele é encaminhado para o SIR (Sala de Integração e Recursos) já que foi constatado progresso em sua aprendizagem, necessitando de um apoio complementar, cujo objetivo foi avaliar a evolução de Giovani e identificar as possibilidades ação para lidar com suas diferenças.

Atualmente (2000) ele continua estudando na mesma escola e está no 1º ano do ciclo III, ele conhece e é conhecido por todos os funcionários da escola, tem mais facilidade para se aproximar dos adultos, fez amizades, é tímido, apaixonado por meninas da turma, fala normalmente, trabalha em grupo, já sai sozinho e continua tendo atendimento no SIR.